

Em Busca das Relações Possíveis entre Desenvolvimento e Esfera Pública

Mariana Pereira Chaves Pimentel¹

Thiago Duarte Pimentel²

José Roberto Pereira³

Resumo

Ao longo dos anos 90, as teorias da transição democrática, embasadas na construção de instituições democráticas, começam a ser refutadas, e surge a necessidade de estudar as formas de relacionamento entre o Estado, as instituições políticas e a sociedade. Para a construção de tal abordagem, a incorporação do conceito de esfera pública faz-se necessária, pois ela se apresenta como um espaço discursivo que incorpora os diferentes atores surgidos ao longo do processo de democratização. Assim, é possível identificar a existência de diferentes grupos sociais na esfera pública e essa divisão está demarcada não apenas socialmente, mas também espacialmente, entre as sociedades desenvolvidas e as subdesenvolvidas. A discussão acerca da esfera pública revela-se, deste modo, parte de uma discussão mais ampla. Buscando avançar nesta discussão, o presente trabalho procura analisar as possíveis inter-relações entre as noções de esfera pública e desenvolvimento. Para a análise aqui proposta, partimos, no segundo capítulo, para uma breve discussão em torno das teorias de desenvolvimento. No terceiro capítulo apresentamos as transformações pelas quais vêm passando a esfera pública e as implicações decorrentes deste processo. Em seguida analisamos as possíveis inter-relações entre as noções de esfera pública e desenvolvimento sob duas perspectivas, das *assimetrias* e da *autonomia*. Acerca das assimetrias, foi possível perceber que as assimetrias presentes na esfera pública são reflexos de processos mais amplos, os modos de integração dos povos na civilização industrial. Quanto à autonomia, a esfera pública ganha força, pois se reconhece que os meios de comunicação utilizados para influenciar o público são *um* dos fluxos comunicativos da esfera pública.

Palavras-chave: Esfera pública. Desenvolvimento.

¹ Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras-MG (Ufla). Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora-MG (UFJF). marianachaves@yahoo.com.br

² Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Lavras-MG (Ufla). Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora. thiagodpimentel@gmail.com

³ Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB). Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras-MG (Ufla). jrobpereira25@yahoo.com.br

Abstract

Over the 90 years, theories of democratic transition, based in building democratic institutions, are beginning to be refuted, and emerge the need to study the forms of relationship between the state, political institutions and society. For the construction of such an approach, incorporating the concept of public sphere is necessary, because it presents itself as a discursive space that incorporates the different actors that have arisen during the process of democratization. So how it is possible to identify the existence of different social groups in the public sphere, this division is marked not only socially but also spatially, between developed and underdeveloped societies. The discussion about the public sphere is revealed in this way, part of a broader discussion. Aiming to advance this discussion, this paper seeks to examine the possible interplay between the notions of public sphere and development. For the analysis proposed here, we started the second chapter to a brief discussion of development theories. In the third chapter, we present the transformations that come through the public sphere and the implications of this process. We then analyzed the possible interrelations between the concepts of public sphere and development from two perspectives, the *asymmetries* and the *autonomy*. With respect to the debate over asymmetries, it was observed that the asymmetries presents in the public sphere are reflections of a broader process, the methods of people's integration in industrial civilization. Moreover, the debate about autonomy, the public sphere becomes more powerful, since it now recognizes that the media used to influence the public are *one* of the communicative flows from the public sphere.

Keywords: Public sphere. Development.

Ao longo dos anos 90 as teorias da transição democrática, para as quais a democratização societária vincular-se-ia à construção de instituições democráticas (com eleições livres, parlamento ativo, liberdade de imprensa, etc.), começam a ser refutadas. Em seu lugar entra em cena a análise dos processos sociais de transformação, desatrelados da esfera institucional do Estado. Tais processos, emergentes das relações sociais e da cultura política nascidas no âmbito da sociedade, foram incorporados à democracia e aos valores democráticos nas “práticas cotidianas”.

Neste contexto, começou a surgir a necessidade de estudar as formas de relacionamento entre o Estado, as instituições políticas e a sociedade, procurando identificar as interseções em que se podem encontrar insurgências de processos sociais transformadores, bem como suas características e funções.

Para a construção de tal abordagem, a incorporação do conceito de esfera pública faz-se necessária, pois ela se apresenta como um espaço discursivo que incorpora os diferentes atores surgidos ao longo do processo de democratização. Segundo Avritzer e Costa (2004), o conceito de esfera pública representou o fundamento que permitiu estabelecer uma nova relação entre a teoria crítica e teoria democrática.

Na democracia grega ateniense o grupo dos cidadãos manifestava-se politicamente na esfera pública e resolvia as questões materiais da sobrevivência em âmbito privado, assessorado, muitas vezes, por outro grupo social, os escravos. Este grupo, excluído da vida pública da *polis*, era responsável pela manutenção da economia doméstica, ou seja, pela manutenção fisiológica da vida.

Analogamente, no contexto contemporâneo é possível identificar a existência de diferentes grupos sociais, uns ocupando o papel de “cidadãos” membros da *polis*, quando expressam suas opiniões e deliberam sobre assuntos públicos ou coletivos (leia-se aqui públicos em relação ao grupo social de membros da *polis*), e outros cuja função social é assegurar a

existência material da sociedade, o que inclui as demandas por alimentos e bens de consumo dos cidadãos da *polis* e também a ínfima parcela para sua própria subsistência.

É possível perceber também que essa divisão social está demarcada não apenas socialmente, entre os cidadãos e os não cidadãos (os escravos hodiernos), mas também espacialmente, entre as sociedades desenvolvidas e as subdesenvolvidas, pois, enquanto aqueles cuidam dos assuntos públicos (hoje em dia assuntos internacionais), estes últimos cuidam da produção de alimentos, de automóveis, bens de consumo duráveis, e até mesmo de lazer, viagens, etc.; enquanto aqueles cidadãos podem ser considerados mundiais, estes exercem o papel de escravos locais da contemporaneidade.

Esta última porção da sociedade, denominada por Fraser (2002) de “contrapúblicos subalternos”, revela que a ideia de uma esfera pública única e abrangente não considera as relações assimétricas de poder que marcam os processos de constituição das esferas públicas contemporâneas. Pelo contrário, pressupõe a existência de uma desigualdade, social e material, que possa sustentar a reprodução fisiológica de uma classe que se dedique inteiramente, ou preponderantemente, à discussão dos assuntos “coletivos”. Isto porque, em sua própria formação, a esfera pública apresenta mecanismos de seleção que implicam definição *prévia* de *quem serão os atores* efetivamente *ouvidos* e *quais serão os temas* que efetivamente serão *tratados como públicos* (Avritzer; Costa, 2004 – grifo nosso).

A discussão acerca da esfera pública revela-se, deste modo, parte de uma discussão mais ampla – a própria consolidação do sistema capitalista e das formas de desenvolvimento que a partir dele se estabeleceram. Mercado no âmago por relações assimétricas, produtoras intrínsecas de desigualdades econômicas e sociais, o sistema capitalista, ao desenvolver-se, acentuou cada vez mais as assimetrias tanto entre nações como no seio delas. Sendo assim, ao discutirmos a esfera pública, sobretudo no contexto democrático brasileiro, no qual essa discussão ainda é bastante incipiente (Avritzer; Costa, 2004), faz-se necessária sua vinculação ao contexto mais amplo no qual se insere,

uma nação cujo desenvolvimento está submetido (constrangido) por uma combinação de relações intrinsecamente desiguais, para que o entendimento da esfera pública não se restrinja a aspectos nela circunscritos, mas também incorpore aqueles que as circunscreve.

Buscando avançar nesta discussão, o presente trabalho procura analisar as possíveis inter-relações entre as noções de esfera pública e desenvolvimento. Deste modo, antes de procurar apenas um elo entre as teorias, o intuito é alargar o entendimento sobre esfera pública, reconhecendo o contexto no qual opera bem como apontar algumas considerações sobre como este debate pode contribuir para o desenvolvimento de nações subdesenvolvidas.

Para a análise aqui proposta, partimos, no segundo capítulo, para uma breve discussão em torno das teorias de desenvolvimento. Em seguida, no terceiro capítulo, apresentamos as transformações pelas quais vêm passando a esfera pública e as implicações decorrentes deste processo. Após analisamos as possíveis inter-relações entre as noções de esfera pública e desenvolvimento. Como considerações finais, buscamos apontar como a noção de esfera pública pode se beneficiar deste debate, e como ele pode contribuir para pensarmos alternativas de desenvolvimento de nações subdesenvolvidas.

0 debate sobre o desenvolvimento

A Revolução Industrial é normalmente responsabilizada pela onda de transformações econômicas e pelo destino dos povos modernos. Segundo Ribeiro (1979), contudo, outro fator decisivo se deve ao condicionamento das potencialidades de progresso desta evolução tecnológica por dois fatores restritivos: a) de natureza estrutural, relativo às disputas entre padrões e empregados; b) de modos de integração dos povos na civilização industrial, por aceleração produtiva ou por atualização histórica.⁴

⁴ Darcy Ribeiro (1979) associa à aceleração produtiva a estruturação autônoma de uns povos, e à atualização histórica a conformação de outros povos como dependentes da prosperidade alheia.

Para o autor, no entanto, nenhuma dessas formas de condicionamento é inerente à Revolução Industrial, pois todas as revoluções tecnológicas anteriores difundiram-se por processos civilizatórios cuja capacidade de desenvolvimento vinculava-se ao caráter de sua estratificação social. Assim, as sociedades humanas evoluem por duas vias distintas, mas complementares. A primeira, mais rara, tende a se desenvolver intensamente pelo domínio autônomo da nova tecnologia e pela subjugação dos povos sob os quais se impõe economicamente. A segunda via, mais frequente, corresponde à incorporação, ou atualização histórica, quando se é envolvido e dominado pela expansão de outros povos.

Ribeiro (1979) analisa as revoluções tecnológicas *mercantil*, *industrial* e *termonuclear* para destacar os tipos de evolução sociocultural delas decorrentes, e o modo pelo qual as sociedades em que amadureceram provocaram sua expansão às sociedades por elas influenciadas.

Quanto à revolução mercantil, para o autor, caracteriza-se principalmente pela navegação oceânica, pelas armas de fogo e pela metalurgia do ferro. Foram dois processos civilizatórios decorrentes. O primeiro configurou por aceleração evolutiva os *impérios mercantis* da Península Ibérica e Rússia, e por incorporação histórica as formações *colonial-escravistas* (Brasil) ou *colonial-mercantis* (feitorias asiáticas). Outro processo civilizatório teve por aceleração evolutiva as primeiras formações *capitalistas mercantis* (França, Inglaterra), e por incorporação histórica as formações *colonial-escravistas* (Antilhas), *colonial-mercantis* (Indonésia) e *colonial de povoamento* (Estados Unidos).

Como desdobramento da expansão industrial a partir do século 18, uma intensa acumulação de capital transformará os contornos do capitalismo e as formas de condicionamento do progresso das sociedades até então vigentes. A livre-concorrência, descrita por Marx em *O Capital* (2005), e reconhecida pela imensa maioria dos economistas como uma “lei da natureza” (Lenin, 1979[1917]), será revista nesta obra como geradora de concentração da produção, que, em última instância, conduz ao monopólio.

A fase monopolista do capitalismo, consolidada no século 20, caracteriza-se pela concentração industrial e pela expansão imperialista dos países hegemônicos (Paula, 2005).

A acumulação, que nas economias autônomas conduziu à escassez de mão de obra, criando as condições para que se dessem a elevação dos salários reais e a homogeneização social, produziu nas regiões periféricas efeitos radicalmente diversos: engendrou a marginalização social e reforçou ou substituiu estruturas de dominação. Para Furtado (1995), são os problemas e inquietações que começam a se manifestar nos países subdesenvolvidos, especialmente nos da América Latina, que vão traçando a problemática do desenvolvimento econômico e renovando os conteúdos deste conceito.

A reflexão sobre desenvolvimento, contudo, entra em cena no cenário mundial nos anos 40, no contexto de reconstrução da Europa devastada pela guerra, período em que os países europeus, até então autônomos, passam a sofrer de problemas similares aos de outras periferias: estrutura fundiária anacrônica, agricultura camponesa atrasada, desemprego e subemprego crônicos, e necessidade de um Estado com capacidade de enfrentar o desafio de estabelecer regimes democráticos capazes, simultaneamente, de conduzir a reconstrução do pós-guerra e de superar o atraso social e econômico.

A partir de então, pode-se destacar três correntes de pensamento acerca do desenvolvimento (Sunkel, 1979). A primeira delas concebe o desenvolvimento como crescimento, definido em termos de renda por habitante e de taxa de crescimento. Esta corrente admite que o objetivo do desenvolvimento seja alcançar o mesmo tipo de sistema econômico, social e político existente nos países de alto grau de desenvolvimento, ou seja, consiste em conceber o desenvolvimento como um processo de avanço no sentido do capitalismo maduro. Desenvolvimento e crescimento distinguem-se, segundo Paul Singer (1982), contudo, pelo fato de que o crescimento é visto como um processo de expansão quantitativa, mais comumente observável nos sistemas relativamente estáveis dos países industrializados, ao passo que o desenvolvimento é encarado como um processo de transformações qualitativas dos sistemas

econômicos prevalescentes nos países subdesenvolvidos. Segue-se então o reconhecimento da natureza, e não do grau, entre os sistemas econômicos destes dois tipos de países.

Numa segunda corrente, desenvolvimento é visto como uma sequência de etapas históricas que são, em geral, as mesmas observáveis na evolução dos países centrais. Para Frank (1966), no entanto, a relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento não é apenas comparativa; resulta de um processo histórico de influência recíproca entre duas realidades, concomitante ao processo de fortalecimento do sistema capitalista. Lenin (1979[1917]), por sua vez, já denunciava a ideia, para ele profundamente errada, de que a supremacia do capital financeiro, característica da fase superior do capitalismo, o imperialismo, atenuaria as desigualdades e as contradições da economia mundial, pois, para ele, as reforça. Sua denúncia baseia-se no fato de que o processo de acumulação tendeu sempre a ampliar o fosso entre um centro em crescente homogeneização, e uma diversidade de economias periféricas, cujas disparidades continuam a se agravar, tanto entre as economias mundiais quanto dentro do próprio território nacional.

Denominada “estruturalista”, a terceira corrente coloca a tônica da política de desenvolvimento num conjunto de reformas estruturais, tendo o Estado como orientador e promotor, e numa ampliação das modalidades de financiamento externo e do comércio internacional. Como consequência de certa frustração das políticas nacionais de desenvolvimento e da cooperação internacional, os especialistas chegaram à percepção de que esse conjunto de políticas foi esboçado a partir de modelos demasiadamente simplistas e unilaterais. Estes teóricos questionam a razão de desempenhos tão diversos em diferentes partes da América. Apontam como motivo a desvantagem relativa em razão do tipo de vida inicial dos imigrantes e do transplante das estruturas aristocráticas da metrópole para as colônias (Frank, 1980). Argumentos refutados por Ribeiro (1979), pois, como demonstrou, tratam-se de diferentes processos civilizatórios.

Novas abordagens, como o “novo desenvolvimentismo” de Bresser Pereira (2007), intitulada pelo autor como alternativa ao projeto neoliberal, e o “desenvolvimento como liberdade” de Amartya Sen (2000), não consideram que se possa prescindir do uso dos mercados no processo de construção de um desenvolvimento substancial; na verdade eles seriam indispensáveis como suporte. A estrutura capitalista de produção deste modo é mantida, e o que se apresentam são propostas de cunho mais liberalista ou mais social-democrata.

Outros teóricos, contudo, influenciados pelo movimento revolucionário iniciado por Marx e Engels, posteriormente revigorado por Lenin, Trotsky e outros, dedicaram-se a analisar o fenômeno do desenvolvimento não a partir de uma análise histórica linear, mas, ao contrário, a partir de uma noção de totalidade, quer dizer, a partir do conjunto das relações entre os países.

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky (Lowy, 1998) jogaria luz neste debate. O autor argumenta que, com a ascensão do capitalismo a um sistema mundial, a história universal torna-se uma totalidade concreta e contraditória. Não é concebida a pertinência de um processo de desenvolvimento equilibrado no capitalismo e nem em desequilíbrios, pois o processo de avanço do capitalismo traz inerentemente a produção da miséria.

A Teoria da Dependência, mais tarde, retomaria as ideias de Trotsky. Seus teóricos buscam explicar os processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial. A dependência expressa subordinação; a ideia de que o desenvolvimento desses países está submetido ao desenvolvimento de outros países, e não era forjada pela condição agrário-exportadora ou pela herança pré-capitalista dos países subdesenvolvidos. Deste modo, a superação do subdesenvolvimento passaria pela ruptura com a dependência.

Como desdobramentos da Teoria da Dependência, originam-se teorias correlatas, como a “nova dependência”, definida pela manutenção dos capitais e atividades econômicas mais dinâmicas das economias nacionais periféricas nas mãos das empresas transnacionais que determinam, portanto, sua dinâmica

interna e a noção de subimperialismo, que seria a expansão pelo capitalismo nacional dependente de seus capitais para as economias vizinhas, uma vez que seu mercado interno é suprimido pela superexploração do trabalho.

Percebe-se, portanto, que apesar das transformações conceituais e estruturais pelas quais passou a noção de desenvolvimento, sobrevivem em contextos mundial e regional profundas disparidades. Acredita-se, porém, que o debate em torno de alternativas de superação dos contrastes é, menos que retórica ou utopia, um caminho pedregoso e inadiável.

A mudança estrutural da esfera pública

Segundo Avritzer e Costa (2004), o conceito de esfera pública foi um elemento central no processo de reconstrução da teoria crítica, pois permitiu a continuação e a mudança da tradição crítica da Escola de Frankfurt, tendo por expoentes autores como Habermas, Calhoun, Thompson e Melucci. Segundo Avritzer e Costa (2004), representou o fundamento que permitiu estabelecer uma nova relação entre a teoria crítica e teoria democrática.

O conceito assumiu duas dimensões na sociedade moderna. A primeira refere-se a uma esfera para a interação legal de grupos, associações e movimentos, a qual se vincula à teoria democrática como possibilidade de uma “relação argumentativa crítica” no lugar da participação direta. Já a segunda diz respeito à tensão entre autonomia da crítica cultural e o caráter comercial da produção de cultura (Avritzer; Costa, 2004), relacionada à miscigenação das esferas pública e privada.

Certos autores irão enfatizar a determinante influência dos meios de comunicação sobre o público, tema que vem sendo debatido crescentemente (Fonseca, 2004; Gorelick, 2009; Muis, 2010; Karim, 2008), enquanto outros procurarão ressaltar a importância do ator sujeito, portador da ação individual ou coletiva, que recorre aos princípios de estruturação, conservação ou mudança da sociedade (Garreton, 2002). Para estes últimos, mais do

que um diagnóstico de que vivemos um momento totalitário, de anulação da política, parte-se, precisamente, da disputa política, contextualizada no espaço público.

A esta necessidade de contextualização se deve a recorrência da clivagem entre a sociedade civil, considerada polo de virtudes democratizantes, e o Estado, frequentemente visto como obstáculo fundamental à participação política (Dagnino, 2004). A esfera pública, no entanto, menos que a um espaço geográfico, diz respeito mais propriamente a um contexto de relações difuso no qual se concretizam e se condensam intercâmbios comunicativos (verbais e não verbais) gerados em diferentes campos da vida social (Avritzer; Costa, 2004). É justamente por isso que a esfera pública, segundo Avritzer e Costa (2004, p. 722),

constitui uma arena privilegiada para a observação da maneira como as transformações sociais se processam, o poder político se reconfigura e os novos atores sociais conquistam relevância na política contemporânea.

Habermas, um dos principais expoentes na temática, a partir de sua obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (2003), possibilitou o desenvolvimento de duas áreas de investigação na teoria social aparentemente contraditórias. A primeira inclui as teorias sobre movimentos sociais e sociedade civil, enquanto a segunda dirige-se ao estudo dos meios de comunicação de massa. Ambas, contudo, inspiram-se na ideia de uma esfera dialógica e interativa (Avritzer; Costa, 2004).

Habermas (2003), em seu resgate histórico da mudança pela qual vem passando a esfera pública, constata que são múltiplos os usos que os termos “público” e “esfera pública” vão ganhando ao longo do tempo. Originalmente, a ideia de “coisa pública” ou do que é público é creditada aos filósofos da Grécia Antiga, quando Platão se destaca como um dos pioneiros a registrar suas ideias sobre o assunto. Habermas (2003), ao tratar historicamente da mudança estrutural pela qual vem passando a esfera pública desde a *polis* grega até a sociedade moderna, analisa também historicamente as catego-

rias “público”, “privado” e “esfera pública” e considera que são chamados “públicos” certos eventos acessíveis a qualquer um; o mesmo ocorre ao referir-se a locais públicos. Quando se trata de “prédios públicos” o sentido não é de acesso livre, mas que tais prédios abrigam instituições do Estado, e, como tais, são públicos, pois fazem referência à coletividade. “O Estado é o poder público” e deve este atributo à promoção do “bem público”, bens comuns a todos os cidadãos (Habermas, 2003, p. 14).

O autor localiza espaço-temporalmente a constituição e emprego mais frequente da categoria “público” como se referindo a uma opinião pública, ou seja, uma esfera pública informada (ou indignada). Habermas identifica que em alemão, só no século 18 é formado o substantivo publicidade, em analogia a *publicité* e *publicity*, a partir do adjetivo “público”.

Ele parte do raciocínio de que se somente neste período (século 18) a esfera pública exige seu nome, apenas então é que se constituiu. Deste modo, ela pertence à sociedade burguesa, que se estabelece na época como setor de troca de mercadorias e de um trabalho social com leis próprias. As palavras “público” e “privado”, no entanto, já eram faladas antes, desde a Grécia antiga, transmitidas ao mundo moderno na sua versão romana. Habermas destaca (2003, p. 15):

Na cidade-estado grega desenvolvida, a esfera da *polis* que é comum aos cidadãos livres (*koiné*) é rigorosamente separada da esfera do *oikos*, que é particular a cada indivíduo (*idia*). A vida pública, *bios politikos*, não é, no entanto, restrita a um local: o caráter público constitui-se na conversação (*lexis*), que também pode assumir a forma de conselho e de tribunal, bem como a de práxis comunitária (*práxis*), seja na guerra, seja nos jogos guerreiros.

Como a ordenação política da *polis* obedece a uma economia escravagista em forma patrimonial, a situação na polis baseia-se na posição do déspota doméstico. Sob o abrigo da dominação do déspota se dá a reprodução da vida – o trabalho dos escravos, o serviço das mulheres –, ou seja, é

o espaço da necessidade e da sobrevivência. Em contraposição tem lugar a esfera pública como o espaço da liberdade, quando tudo é visível a todos. Nas palavras de Habermas (2003, p. 16):

Assim como nos limites do *oikos* a necessidade de subsistência e a manutenção do exigido à vida são escondidos com pudor; a *pólis* oferece campo livre para a distinção honorífica: ainda que os cidadãos transitem como iguais entre iguais (*homoioi*), cada um procura, no entanto, destacar-se (*aristoiein*).

Esse modelo ideológico de esfera pública grega partilha de autêntica força normativa, tendo se mantido ao longo dos séculos nos termos da história das ideias (Habermas, 2003). Segundo Habermas, ao longo de toda a Idade Média foram transmitidas as categorias de público e de privado nas definições do Direito Romano: a esfera pública como *res publica* (coisa pública). Tais categorias passam a ter aplicação jurídica com o surgimento do Estado moderno e de uma sociedade civil separada dele, o que para Habermas evidencia “a institucionalização jurídica, em sentido específico, de uma esfera pública burguesa” (2003, p. 17)

Para Hannah Arendt (1983), existe uma diferença considerável entre a *polis* dos gregos como espaço de afirmação da política, por meio da liberdade e igualdade dos cidadãos, e a sociedade dos romanos como um espaço de dominação do poder imperial sobre os cidadãos. Esta diferença, segunda ela, se deve a uma tradução incorreta da expressão animal político, formulada por Aristóteles, como animal social. O termo social significava para Aristóteles, assim como para Platão, apenas a vida em comum das espécies animais, contudo a política, para esses autores, era uma característica essencialmente humana. Mediante a política, o homem poderia escapar à organização instintiva e biológica da casa e da família (Arendt, 1983).

Durante a Idade Média, com o surgimento e as sucessivas renovações das monarquias, a coisa pública, no sentido grego, foi obscurecida pelo poder real, tendo permanecido em pequenas vilas, pontos de passagem e em espa-

ços considerados zonas “livres” para a utilização coletiva, pela indulgência real ou por serem zonas entre reinos, onde a distância e ausência de bens materiais a serem explorados não compensava o esforço da dominação.

Após muitos séculos de obscuridade, é com o renascimento, e no período que se segue, que a Filosofia, resgatando os princípios clássicos do pensamento, impulsionou de maneira claramente pragmática a ação dos indivíduos, contribuindo para a teorização, justificação, legitimação e formação dos Estados Nacionais, em que a questão da coisa pública é retomada com um novo vigor e atribuída à responsabilidade dessa nova instituição social, teoricamente e única a ser capaz de dar conta de sua regulação.

No Estado moderno, a representatividade pública dos senhores feudais é reduzida, e toma lugar a mediatização das autoridades estamentais. Surge a esfera do poder público. Neste sentido, “público” torna-se sinônimo de estatal (Habermas, 2003):

o atributo não se refere mais à “corte” representativa, como uma pessoa investida de autoridade, mas antes ao funcionamento regulamentado, de acordo com competências, de um aparelho munido do monopólio da utilização legítima da força. O poderio senhorial transforma-se em “polícia”, as pessoas privadas, submetidas a ela enquanto destinatárias desse poder constituem um público (p. 32).

À medida que a troca de mercadorias irrompe com os limites da economia doméstica, a esfera restrita da família amplia seus limites à esfera da reprodução social, ou seja, à luz da esfera pública. Ao elevar a reprodução da vida acima dos limites do poder doméstico privado, ela torna-se algo de interesse público, e exige a crítica de um público pensante. Quando a esfera privada da família ultrapassa os limites da casa, transforma-se em “interesse coletivo”, e, por isso, precisa ser ampliado e controlado publicamente pelo Estado.

Junto com o moderno aparelho do Estado surgiu uma nova camada de “burgueses”, que, segundo Habermas (2003), assume uma posição central no “público”, pois seria um contrapeso à autoridade estatal. Os “burgueses” são pessoas privadas; sendo assim, não “governam”. Suas reivindicações não se dirigem contra a concentração do poder, mas ao princípio de dominação vigente. A proposição de um novo princípio de controle, a esfera pública, baseada em critérios como a “razão” e a “lei”, quer modificar a dominação enquanto tal, sem, contudo, subtraí-la. Assim, para o autor, o processo de polarização entre Estado e sociedade se mantém. Habermas (2003) elabora um esquema de representação da estrutura da esfera pública burguesa do século 18, como segue:

Setor Privado	Esfera do Poder Público	
Sociedade civil (setor da troca de mercadorias e de trabalho social)	Esfera pública Esfera pública literária (clubes, imprensa)	Estado (setor da “polícia”)
Espaço íntimo da pequena família (intelectualidade burguesa)	(mercado de bens culturais)	Corte (sociedade da aristocracia da corte)

Fonte: Habermas (2003, p. 45).

Para o autor, o setor público limitava-se ao poder público, no qual ainda incluía-se a corte. No setor privado insere-se a “esfera pública” propriamente dita, pois “é uma esfera pública de pessoas privadas” (Habermas, 2003, p. 46). Assim, dentro do setor privado distingue-se uma esfera privada e uma esfera pública. A primeira seria composta pela sociedade civil burguesa, o setor da troca de mercadorias e do trabalho social; a família também se insere nesta esfera. A segunda provém da “literária”, pois intermedeia, por meio da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade.

O poder público concentrado nos Estados nacionais eleva-se acima da sociedade, orientando seu intercâmbio sem, contudo, tocar no caráter privado deste. Como esfera privada, a sociedade só é posta em questão quando

as próprias forças sociais conquistam competências de autoridade pública (Habermas, 2003). Assim sendo, a esfera pública burguesa constitui-se de pessoas privadas reunidas em um público regulamentado. Nas palavras de Habermas (2003):

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social.

A economia moderna, assim, reorienta as categorias de público e privado. Ela não se orienta mais pelo *oikos*, pois no lugar da casa colocou-se o mercado. Esta situação, para Arendt (1983, p. 48), anula a dualidade clássica entre esfera pública e privada:

Hoje não nos ocorre, de pronto, esse aspecto de privação quando empregamos a palavra “privatividade”; e isto, em parte, se deve ao enorme enriquecimento da esfera privada através do moderno individualismo. [...] O fato histórico decisivo é que a privatividade moderna, em sua função mais relevante – proteger aquilo que é íntimo – foi descoberta não como o oposto da esfera política, mas da esfera social, com a qual, portanto, tem laços ainda mais estreitos e mais autênticos.

Quando se constata conflitos de interesses que se desencadeiam não apenas na esfera privada, mas também em âmbito político, origina-se o intervencionismo estatal. A esta ampliação do poder público a setores privados deve-se a substituição de poder público por poder social. Tem-se a dialética: a socialização do Estado se impõe simultaneamente com a estatização da sociedade, destruindo, deste modo, a base da esfera pública burguesa, a separação entre Estado e sociedade, entre público e privado. Assim, essa nova esfera social

dissolve aquela parte específica do setor privado em que as pessoas privadas reunidas num público regulam entre si as questões gerais de seu intercâmbio, ou seja, a esfera pública em sua configuração liberal. A decomposição da esfera pública, que é demonstrada na alteração de suas funções públicas, está fundada na mudança estrutural das relações entre esfera pública e setor privado (Habermas, 2003).

Esta ideia já estava presente em Arendt (1983), que defendia a tese de que a esfera pública estaria sendo progressivamente subordinada aos interesses privados dos indivíduos, e, por isso, o agir comunicacional da esfera política aparece absorvido pelos interesses privados da intimidade. Arendt (1983) constrói suas ideias a partir de três conceitos fundamentais: trabalho, produção e ação. O trabalho é necessário à sobrevivência fisiológica e se efetiva na atividade do *animal laborans*, que vive isolado dos outros seres humanos obedecendo aos ditames biológicos da vida animal. Quanto à produção, é o estágio do *homo faber*, produtor de objetos duráveis (técnicas), que partilha seu saber com os outros homens. Já a ação é a matriz da vida em sociedade, pois os homens agem e interagem entre si no seio de uma vida política em sociedade. Assim, para a autora, o trabalho (labor) e a produção (work) se enquadram no domínio da esfera privada, enquanto a ação é exclusiva da esfera pública (política) e nunca é equivalente a um trabalho necessário à sobrevivência, mas, sim, é uma atividade comunicacional mediada pela linguagem da pluralidade de opiniões no confronto político (Arendt, 1983).

A autora constata que a contraposição da relação entre a esfera pública e a privada nas sociedades antiga e moderna deve-se à formação do “social”. A esfera social, para Arendt (1983), é o resultado de um hibridismo entre as esferas privada e pública e se constitui uma característica específica da modernidade, que foi o empenho dos homens em se desfazerem do constrangimento que a dimensão da reprodução biológica impõe a todos. Aguiar (2004) considera que o social retirou da esfera política a dimensão de publicidade e da esfera privada a ocupação com a esfera das necessidades.

A busca por condições de abundância para a reprodução biológica fez com que o labor, atividade na qual os homens produzem e reproduzem as condições de sobrevivência, adquirisse grande *status* na vida social, e, por isso, é a atividade típica do social. Nas palavras de Aguiar (2004, p. 11):

A política, reduzida a governo, passou a restringir em elaborar e administrar estratégias para o livre desenvolvimento do progresso; o trabalho como capacidade de oferecer objetos e artefatos que tornassem o mundo um abrigo em relação à natureza transformou-se em mera função [...].

Assim, esfera social trata das atividades que aproximam o homem da sua dimensão animal, empenhadas na manutenção da vida, biologicamente, banindo a dimensão da autarquia humana. O surgimento de uma sociedade massificada indica que os vários grupos sociais foram absorvidos por uma sociedade única, na qual a força de um único interesse comum e de uma opinião pública unânime é intensificada: é a uniformização. Disso decorre que, ao invés de ação, a sociedade espera de cada um de seus membros certo tipo de comportamento, normalizador, abolindo-se a ação espontânea ou a reação inusitada; é o conformismo (Arendt, 1983).

Para a autora, esta igualdade moderna difere-se da igualdade antiga, especialmente na cidade-estado grega, pois, na *polis*, pertencer aos iguais (*homoioi*) era distinguir-se de todos os outros, ou seja, a esfera pública era reservada à individualidade da inscrição do sujeito que externa e realiza suas ações. Em benefício dessa possibilidade, cada um deles estava mais ou menos disposto a compartilhar o ônus da jurisdição, da defesa e da administração públicas.

Habermas (2003) considera que somente quando *novas* funções são acrescidas ao Estado é que a barreira entre ele e a sociedade começa a balançar. Ao lado de funções tradicionais como o poder de polícia, a justiça e a cobrança de impostos, surgem agora funções de “estruturação”. No transcorrer do século 20, são tarefas do Estado-social proteger, indenizar e compensar os grupos mais fracos. Outras tarefas serão prevenir

modificações da estrutura social, ou atenuá-las, ou até mesmo dirigi-las (Habermas, 2003). O controle e equilíbrio dos ciclos econômicos também se enquadram nas novas funções do Estado. Na base desta multiplicidade de funções recém-acrescidas ao Estado-social está o entrecruzamento dos diversos interesses privados coletivamente organizados, como as associações e os sindicatos.

Deste modo, instituições estatais e sociais se sintetizam em um único complexo de funções que não é mais diferenciável (Habermas, 2003). Essa nova interdependência de esferas expressa a ruptura do sistema clássico do Direito Privado. Os critérios clássicos do Direito Privado tornam-se caducos, pois a administração pública se utiliza de seus meios, e a relação contratual clássica de completa independência na definição contratual passa a ser limitada pelo Estado. Surge uma nova esfera, com concentração de capital e intervencionismo. Como resultado dessas diversas mudanças no Estado de bem-estar da última parte do século 20, o modelo liberal burguês de esfera pública é superado, uma vez que a distinção entre público e privado já não é factível.

É neste contexto que é superada a diferença entre a circulação de mercadorias e a circulação do público. A comercialização da imprensa, instituição por excelência da esfera pública, irá reestruturar e refuncionalizar a própria esfera pública (Habermas, 2003). A imprensa, que já fora instituição de pessoas privadas enquanto público, tornou-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas, ou seja, receptora de privilegiados interesses privados na esfera pública.

Deste modo, considera Habermas (2003), opiniões não públicas funcionam em grande número e “a” opinião pública é, de fato, uma ficção. Para o autor, portanto, apesar de ser ainda um princípio organizacional de nosso ordenamento político, ao passo que a esfera pública se amplia, a sua função perde força, pois seus fundamentos sociais se diluem.

Decorrente das transformações pelas quais passou a esfera pública, outras noções a ela relacionadas também sofreram modificações, como os conceitos de sociedade civil e bem comum. É possível, segundo Arendt (1983), identificar uma estreita conexão entre a ascensão do social e a transformação do conceito de sociedade civil. De origem romana, entre os contratualistas (Hobbes, 2008; Rousseau, 2006), sociedade civil indicava a condição política da fala, mas o conceito nas sociedades modernas foi alterado. Deixou de significar o campo em que a força e a violência naturais eram limitadas e superadas pela civilidade, e passou a traduzir o reino da sobrevivência. Ainda hoje a sociedade civil está relacionada à legitimação e limitação do poder, e se expressa na “opinião pública”. Ao considerarem-se as análises de Habermas quanto à ficcionalidade desta opinião pública, contudo, percebe-se a clivagem entre poder e legitimação como controle da política a partir dos interesses privados.

De modo semelhante, Aguiar (2004) menciona que outro conceito transformado foi o de bem comum, estreitado com a “absolutização” do social. Hoje está relacionado aos elementos necessários ao bem-estar da população; passou a ser coisas, “vestuário”, “alimentação”, e não o mundo comum. Sendo assim, na sociedade moderna a dependência mútua em prol da subsistência, e de nada mais, adquire importância pública, e as atividades que dizem respeito à mera sobrevivência são admitidas em praça pública. O fato de ocorrer em público, e não mais em particular, liberou esse processo de recorrência monótona do labor e transformou-o rapidamente (Arendt, 1983).

Tendo em vista este cenário, ainda baseados na obra de Habermas, alguns autores irão se empenhar em desenvolver um novo modelo pós-burguês de esfera pública (Avritzer; Costa, 2004; Avritzer, 2006; Costa, 1997; Fraser, 1990; Dagnino, 2004; Calhoun, 1998). Avritzer e Costa (2004), ao revisarem analiticamente o prefácio da reedição de 1990 de a *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, separam três momentos distintos da obra de Habermas, ressaltando que: 1) não se deve subestimar o potencial de crítica

e de seleção de um público capaz de preservar suas diferenciações internas e sua pluralidade, a despeito da pressão cultural e politicamente homogeneizadora da mídia; 2) referenciando-se no modelo de diferenciação entre sistema e mundo da vida, desenvolvido em sua *Teoria da Ação Comunicativa*, Habermas mostra que a força sociointegrativa que emana das interações comunicativas voltadas para o entendimento, próprias do mundo da vida, não migra imediatamente para o plano político, pacificando as disputas de poder. A fonte de legitimidade política não pode ser a vontade dos cidadãos, mas o processo comunicativo de formação da vontade pública, operado dentro da esfera pública; 3) a esfera pública mostra-se ambivalente, pois nela relacionam-se fluxos comunicativos originados no mundo da vida, voltados para o entendimento, e esforços de utilização dos meios de comunicação para influenciar as preferências políticas e de consumo.

Procurando complementar a concepção discursiva de esfera pública de Habermas, Avritzer (2003) compila trabalhos que buscaram trazer debates inovadores ou reformuladores ao modelo teórico deste autor, ressaltando a necessidade dessas contribuições para o debate em contextos diversos ao original europeu de Habermas. Ao discutir a esfera pública nas novas democracias da América Latina, o autor propõe as seguintes correções: 1) a incorporação dos *new publics*, novos atores urbanos, novas subculturas, novos modelos de família, novos modelos de relações de gênero; 2) a relevância dos *subaltern counterpublics*, grupos tradicionalmente excluídos do espaço público, mas que reivindicam seu direito de participação; 3) a emergência de *diasporic publics*, públicos ambivalentemente inseridos no cenário público nacional, partilham dele e compartilham redes transnacionais; 4) a multiplicação dos *deliberative* ou *participatory publics*, penetração dos atores sociais nos processos de deliberação pública, de modo a permitir o controle do Estado pelos cidadãos.

Costa (1997), contudo, salienta o risco em circunscrever a democratização da esfera pública ao seu âmbito institucional, com consequências politicamente danosas, pois considera que as contribuições democratizantes

advindas de movimentos sociais partem justamente de seu enraizamento nas esferas sociais, e que da articulação entre movimentos sociais e arenas institucionais podem emergir impulsos promissores para o fortalecimento da democracia.

Este autor, para a realização de seu trabalho empírico nas cidades de Uberlândia, Governador Valadares e Juiz de Fora, rediscute as duas formas de tratamento da esfera pública nas sociedades contemporâneas. A primeira, relacionada à centralidade conferida aos meios de comunicação de massa e pela ênfase na impossibilidade de entendimento comunicativo da esfera pública devido a uma rígida diferenciação funcional entre os “porta-vozes” e o público. A segunda estende o foco da atenção para além da mídia, como os espaços de comunicação interpessoal e as redes informais de intercâmbio, pois entende que, mesmo uma ação manipuladora da mídia, não preenche todo o “volume” da esfera pública.

O trabalho empírico realizado por Costa (1997) demonstrou, segundo o autor, que as esferas públicas locais analisadas são dominadas por ações manipuladoras dos diversos grupos de interesse e por frações políticas. Para isso, não apenas tentam influenciar as mídias locais, como são, em parte considerável, proprietárias dos veículos de comunicação, não hesitando em utilizá-los em benefício próprio. O autor salienta, contudo, que nos municípios não se detectou um isolamento entre uma plateia amorfa e atomizada, consumidora de conteúdos midiáticos, e aqueles que seriam os “produtores” da esfera pública. Costa (1997) observa a presença de redes comunicativas coprodutoras da esfera pública, como os grupos associativos ou simplesmente a comunicação interpessoal nos bairros e espaços públicos, que relativizam o “espetáculo” político transmitido pela mídia. Deste modo, os conteúdos do esforço de persuasão do público estão submetidos ao crivo analítico individual e das redes interpessoais de comunicação. Costa reforça ainda que as estruturas organizativas mais consistentes chegam a atuar como centro visível da esfera pública.

Dagnino (2004), ao analisar a contraposição recorrente entre a emergência de uma cultura política mais igualitária que se confronta com o autoritarismo social do período militar e as visões de uma democracia elitista e restrita, aponta duas implicações: a) a clivagem entre a sociedade civil, considerada como “polo de virtudes democratizantes”, e o Estado, visto como obstáculo à participação e à democratização; b) os deslocamentos de sentido pelos quais têm passado os conceitos de sociedade civil, participação e cidadania.

A autora explora o que denomina de “crise discursiva”, que seria resultante de uma “confluência perversa” entre o projeto neoliberal e o projeto democratizante participativo que emerge das crises dos regimes autoritários. Segundo Dagnino (2004), no Brasil este projeto democratizante apresenta-se como um contendedor, não hegemônico, do projeto liberal, capaz de constituir um campo de disputa, que faz com que as forças vinculadas ao projeto liberal aqui adquiram especificidades próprias.

Quanto à noção de sociedade civil a autora defende que, no âmbito da hegemonia do projeto liberal, houve uma crescente identificação entre sociedade civil e ONGs, quando seu significado abandona os vínculos orgânicos com os movimentos sociais, intimamente ligados à representatividade da sociedade civil, de participação e de constituição de espaços públicos.

No que diz respeito à noção de participação, para Dagnino (2004) surge a adoção de uma perspectiva individualista e privatista, capaz de substituir o significado coletivo de participação social, dando ênfase ao trabalho voluntário, a chamada participação solidária. Assim, dispensam-se os espaços públicos e o termo é despido de seu significado político, apoiando-se no terreno privado da moral. Quanto aos espaços abertos para a participação em âmbito estatal, excluem-se os poderes de decisão, reservados aos “núcleos estratégicos” (Bresser-Pereira, 1996).

Referente à cidadania, a autora considera que foi justamente por meio dessa noção que o projeto participativo obteve seus maiores ganhos. Formulada pelos movimentos sociais a partir dos anos 70, a chamada “cidadania ampliada” buscava instituir um projeto de construção democrática, de transformação social. Passa a ser definida não apenas nos limites do Estado, ou na relação Estado e indivíduo, mas no interior da própria sociedade. As redefinições neoliberais passam por a) um entendimento individualista: a livre-iniciativa, a livre-negociação entre patrões e empregados; b) uma conexão entre cidadania e mercado: o empreendedorismo, a qualificação profissional. Assim, o reconhecimento de direitos, considerado no passado como sinal de modernidade, torna-se indicador de atraso, que bloqueia o potencial do mercado modernizador.

Tendo em vista, então, essas considerações sobre os contextos de origem, suas características e as alterações pelas quais passou a noção de esfera pública, segue-se ao debate proposto neste trabalho.

Em busca das relações possíveis entre esfera pública e desenvolvimento

Tendo em vista as discussões acerca do desenvolvimento e da esfera pública, agora procuraremos as relações entre elas, utilizando-nos com frequência do caso brasileiro para a análise. Optamos por estabelecer duas categorias de análise para a construção do debate proposto, que nos parecem determinantes para a constituição tanto da noção de desenvolvimento quanto de esfera pública: 1) o debate sobre as assimetrias, e 2) o debate sobre a autonomia. Não que estas sejam categorias independentes; pelo contrário, são complementares, dedicam-se a analisar a mesma realidade, mas sob diferentes ângulos.

O debate sobre as assimetrias

As disputas entre patrões e empregados são apontadas por Ribeiro como um dos fatores restritivos das potencialidades de progresso das sociedades modernas. Isto porque, detentores dos meios de produção, os patrões

exploram a força de trabalho dos empregados extraindo-lhes a mais valia. Deste modo, prosperam autonomamente, enquanto os empregados permanecem dependentes de salários cada vez mais enxutos. As potencialidades de progresso são limitadas justamente por esta desigualdade de condições, que restringe a uns poucos patrões o excedente, e submete a grande massa proletária à subsistência.

À medida que a esfera pública burguesa se desfaz na miscigenação entre público e privado, porém, os termos patrões e empregados vão desaparecendo do debate, incorporados em outras denominações, como elite e massa. A eles se juntam outros grupos de privilegiados e desprovidos; aos primeiros unem-se novos atores como a mídia e o alto escalão do Estado; aos demais se incorporam também a classe média, os desempregados e os subempregados.

Não só a disputa entre patrões e empregados restringe as potencialidades de progresso, mas ela se constitui também num fator restritivo do modo como os povos na civilização industrial se integraram, por aceleração produtiva ou por atualização histórica. Este outro fator amplia as condições de exploração unicamente de empregados por patrões, pois a escala não é mais a fábrica, mas o mundo. Os atores também não são apenas patrões e empregados, mas os povos dominantes da tecnologia e os povos dependentes, sobre os quais aqueles se impõem economicamente.

No caso da sociedade brasileira, formada por incorporação histórica (*colonial-escravista*), a fragmentação urbana e a emergência da sociedade de massa que teria descaracterizado a esfera pública burguesa não aconteceram, pois este espaço comunicativo nunca teria existido. Inicialmente dominada pela coroa portuguesa, posteriormente pelo Império, a sociedade brasileira é marcada desde então pela ausência do público. Apenas quando a república é estabelecida e o processo de democratização é iniciado, o público passa a ser parte, não hegemônica, da construção do Estado brasileiro. O espaço das mediações sociais é predominantemente destinado à mídia, sob a qual não se espera o debate entre argumentos racionais e posições ideológicas

nítidas. Diante da lógica própria da mídia, o espaço para conteúdos políticos é limitado, assim como a distinção de personagens políticos ou suas capacidades de liderança.

A acumulação nos países autônomos gerou, conforme previu Marx (2005), o monopólio. No início do século 20 o capitalismo entra numa nova fase, caracterizada pela concentração industrial e pela expansão imperialista dos países hegemônicos. Nascida no período, a república brasileira é assediada pela expansão imperialista, e o processo de atualização histórica se mantém, pois os laços de dependência não foram rompidos, ao contrário, reforçaram-se. Assume-se no Brasil, em meados do século 20, um ideal de desenvolvimento nos moldes dos países autônomos – a modernização – um processo linear que levaria às condições observáveis na evolução dos países centrais, econômica e socialmente.

A evolução dos termos de troca internacionais, no entanto, rapidamente mostrou uma realidade bastante diferente daquela universalidade esperada. Os efeitos da acumulação das economias autônomas, antes de se reproduzirem por aqui, se fizeram sentir nas economias periféricas sob a forma de marginalização e de estruturas de dominação cada vez mais reforçadas. A marginalização, em seu aspecto social, fora mais evidente, mas alastrou-se também pela política.

Ao contrário dos países autônomos e das elites dos países subdesenvolvidos, para os quais o trabalho adquire *status* devido à ânsia por abundância, para a massa brasileira o trabalho adquire *status* por sua associação, em maior ou menor grau, com a sobrevivência. O trabalho, numa sociedade assolada por altas taxas de desemprego e pelo grande número de subempregados, vai dar origem a novos tipos de *status*: 1) o proveniente da distinção entre grupos de trabalhadores assalariados e grupos de desempregados ou subempregados, e 2) o proveniente da distinção entre grupos bem pagos e grupos mal pagos, sobre os quais se observa a formação de uma aristocracia proletária, com empregos estáveis, funcionários públicos, ou ao menos bastante sólidos, empresas multinacionais.

O trabalho adquire relevância pública e a política é sediada no governo, concebida para elaborar o desenvolvimento do progresso (Arendt, 1983). Deste modo, a mesma concepção evolucionista prolonga-se ao âmbito político, pois a modernização cuidaria de estabelecer as estruturas de discussão e negociação entre o Estado e a sociedade civil conforme os parâmetros dos países modelo.

Quando o modelo modernizador perde legitimidade, começam a tomar força movimentos regionais de busca por alternativas de desenvolvimento. Todas aquelas velhas e novas distinções irão confrontar-se politicamente na esfera pública, mesmo que em condições de desigualdade. Enquanto se agudizam as distinções, as forças de contraposição às estruturas de dominação recorrem à disputa política no público.

A teoria da dependência vai buscar corrigir a miopia modernista ao considerar o fato de que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos está submetido ao desenvolvimento dos países autônomos, ideia vinculada à teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky. Os teóricos da dependência acreditavam que a modernização no Brasil não se daria sem desigualdades, pois o desenvolvimento produz tanto a riqueza, por um lado, quanto a miséria, por outro, inerentes ao sistema capitalista.

Desta maneira, é possível perceber que, assim como a divisão social entre as sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas, a esfera pública mantém uma divisão entre cidadãos e não cidadãos, aqueles que participam do político e aqueles dele marginalizados, os que são ouvidos pelo público e aqueles ignorados, a elite pensante e a massa trabalhadora. Do mesmo modo como nos países, o grupo dos cidadãos, para se manter nessa condição – pensante – precisa do outro grupo – trabalhador – pois a eles cabe a reprodução material da vida e a sobrevivência do corpo, de ambos os grupos.

Ser parte assimétrica na esfera pública seria, deste modo, necessária à própria democracia, uma vez que a participação de todos no público comprometeria a realimentação do sistema produtivo ao qual se vincula. Se

todos os responsáveis pela manutenção biológica da vida, a materialidade, abandonarem tal tarefa para se dedicarem ao político, a quem restaria o trabalho produtivo? A participação parece ser, então, de todo modo limitada, esporádica, intermitente, ou, doutro modo, a própria democracia entraria em colapso. Sendo assim, por um lado, a solução parece orientar não para uma ampliação da esfera pública, mas ao seu fortalecimento, que parece se dar por duas vias: 1) por condições extremas de desigualdades, quando um dos grupos se revolta, ou 2) por condições menos discrepantes de disputa e, por outro, em condições em que se amplia a própria esfera pública esta se fortaleceria.

É no contexto antidemocrático da ditadura militar brasileira que a esfera pública, mesmo reduzida, ganha força, período em que se veem multiplicar as organizações da sociedade civil, sendo muitas das conquistas do período consolidadas pela Constituição de 1988 (Avritzer, 2006). A adoção do modelo neoliberal de desenvolvimento da década de 90 em diante, contudo, irá bloquear o avanço da democracia, como analisou Dagnino (2004). Uma individualização substituiu o coletivo, apropriando-se e resignificando noções como sociedade civil, participação e cidadania, despindo-as de seu caráter político. Para a autora, o projeto democratizante apresentou-se como um contendedor, não hegemônico, do projeto liberal, o que teria provocado a constituição de um campo de disputa que deu contornos próprios ao liberalismo brasileiro.

A reforma administrativa pela qual passou o Estado brasileiro, iniciada na década de 90, talvez assuma esse papel dual entre liberal e democrático. No seu contorno democrático, a reforma do Estado consolidou uma antiga reivindicação popular: a criação de espaços de relacionamento entre Estado, instituições políticas e sociedade civil, as arenas institucionais de participação e deliberação públicas. Para Avritzer e Costa (2004), tais arenas permitem a penetração dos atores sociais nos processos de deliberação pública, favorecendo o controle do Estado pelos cidadãos. Costa (1997), por sua vez, considera que as contribuições democratizantes advindas de movimentos sociais

partem justamente de seu enraizamento nas esferas sociais, por isso, da articulação entre esses movimentos e as arenas institucionais, podem emergir os impulsos mais promissores para o fortalecimento da democracia.

Para discutir como a busca por autonomia permeia o debate das relações entre desenvolvimento e esfera pública, passemos adiante.

O debate sobre a autonomia

Ao contrário daqueles teóricos que se baseiam nos modelos de desenvolvimento dos países hegemônicos, outros irão se dedicar a identificar as causas dos processos assimétricos e os modos como romper as condições desiguais e buscar a autonomia. De forma semelhante, alguns teóricos da esfera pública, menos os que se debaterem sobre visões de uma democracia elitista e totalitária, concebem a possibilidade de uma relação comunicacional (verbal ou não verbal) crítica com a organização política estabelecida.

O ponto de partida, tanto aqui como no item anterior, são as disputas políticas, mas o que se pretende ressaltar agora não são os conflitos de interesses, mas a igualdade de interesses, a busca pela superação das desigualdades e a conquista da autonomia.

Dentro da teoria do desenvolvimento, os principais teóricos a buscarem as causas das desigualdades bem como as alternativas possíveis de superação, foram influenciados pelas ideias marxistas. Estes teóricos, ao dedicarem-se ao estudo da formação das sociedades humanas, identificaram um arranjo estrutural perverso, no qual uns grupos, raros, desenvolviam-se autonomamente, e outros, mais numerosos, eram envolvidos pela expansão e dominação dos primeiros. Tais estudiosos observaram também que no interior de muitos países essas condições se reproduziam em menor escala.

Para o cenário brasileiro, a teoria da dependência atuou procurando demonstrar a condição de subordinação do país a outros países, e a saída a este condicionamento, a ruptura com a dependência para a conquista da

autonomia. Sob este ponto de vista, a expansão das capacidades individuais e coletivas ao público nos países subdesenvolvidos é limitada pela superexploração do trabalho, o que nos leva a retomar a busca por condições menos discrepantes de disputa para o fortalecimento da esfera pública. A ideia de ruptura com condições de limitação perpassa também a esfera pública, só que em escala reduzida, pois os atores não são mais as nações, mas os grupos e os indivíduos, as elites e as massas. A lógica de subordinação permanece, e com ela os conflitos.

Sob o prisma da autonomia, a esfera pública emerge fortalecida, pois se reconhece que a influência do público pelos meios de comunicação é *um* dos fluxos comunicativos da esfera pública, sendo outros fluxos originados do mundo da vida, voltados para o entendimento. Como menciona Habermas (2003), não se deve subestimar o potencial de crítica e de seleção de um público capaz de preservar suas diferenciações internas e sua pluralidade, a despeito da pressão cultural e politicamente homogeneizadora da mídia. Ainda, para o autor, é preciso ter atenção para o devido entendimento do processo, pois a força sociointegrativa que emana das interações comunicativas do mundo da vida não migra imediatamente para o plano político, pacificando as disputas de poder; antes disso, a fonte de legitimidade política advém do processo comunicativo de formação da vontade pública, operado dentro da esfera pública.

Novos públicos têm se mostrado capazes de preservar suas diferenciações internas e sua pluralidade, como os novos atores urbanos, as novas subculturas, os novos modelos de família e, segundo Avritzer (2006), devem ser incorporados aos debates recentes, bem como os chamados *subaltern counterpublics*, grupos tradicionalmente excluídos do espaço público, mas que reivindicam seu direito de participação e por isso têm pressionado a opinião pública com seus temas. Inicialmente experimentados nas cidades de Porto Alegre e Belo Horizonte, os *deliberative* ou *participatory publics* foram

largamente incorporados em todo o Brasil (Avritzer, 2006), e o debate sobre a efetividade da participação social nas decisões do Estado a partir dessas arenas institucionais ainda não está encerrado.

Não desconsiderando a relevante influência dos meios de comunicação sobre o público, sob este *prima* ressalta-se a importância do ator sujeito, portador da ação individual ou coletiva. Mais do que um diagnóstico de que vivemos um momento totalitário, de anulação da política, parte-se, precisamente, da disputa política, contextualizada no espaço público.

A esfera pública, deste modo, constitui-se “uma arena privilegiada para a observação da maneira como as transformações sociais se processam, o poder político se reconfigura e os novos atores sociais conquistam relevância na política contemporânea” (Avritzer; Costa, 2004, p. 722). Por esse aspecto, consideramos que da esfera pública se possam extrair algumas respostas, ou, antes, questionamentos relevantes, que permitam orientar o debate sobre as alternativas de desenvolvimento para as regiões e países subdesenvolvidos, passo que modestamente daremos a seguir.

Considerações finais

Recuperando-se o objetivo deste trabalho – analisar as possíveis relações entre as noções de esfera pública e de desenvolvimento – partiu-se primeiramente da discussão em torno das teorias de desenvolvimento, e, em seguida, passou-se ao debate teórico acerca da esfera pública. Diante do exposto, optou-se, para a realização da análise proposta, pela seleção de duas categorias: o debate das assimetrias e o debate da autonomia, presentes em ambas as temáticas.

Quanto ao debate sobre as assimetrias, foi possível perceber que as assimetrias presentes na esfera pública são reflexos de processos mais amplos – os modos de integração dos povos na civilização industrial. A divisão social entre as sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas se mantém na

esfera pública, dividida entre cidadãos e não cidadãos, aqueles que participam do político e aqueles dele marginalizados, os que são ouvidos pelo público e aqueles ignorados, a elite pensante e a massa trabalhadora. Esta divisão demonstra sua necessidade para a manutenção do sistema produtivo vigente, pois, como nos países, o grupo dos cidadãos, para se manterem nessa condição, precisa do outro grupo, pois a estes cabe a reprodução material da vida.

Por outro lado, no debate sobre a autonomia, a esfera pública ganha força, pois se passa a reconhecer que os meios de comunicação utilizados para influenciar o público são *um* dos fluxos comunicativos da esfera pública; outros fluxos são originados do mundo da vida. Entende-se que a mídia não preenche todo o “volume” da esfera pública, o que abre espaço para as arenas de comunicação interpessoal, as redes formais e informais de intercâmbio, as associações e os movimentos sociais.

Sob este ângulo, o entendimento do modo pelo qual, na esfera pública, as transformações sociais se processam, o poder político se reconfigura e os novos atores sociais conquistam relevância, poderia facilitar o reconhecimento de alternativas ao desenvolvimento de regiões e nações subdesenvolvidas, pois auxiliaria a ascensão de grupos marginalizados, a publicidade de novas temáticas, a distinção de personagens políticos, o desenvolvimento de suas capacidades de liderança, etc.

Quanto à esfera pública, entendida como um recorte analítico de um contexto mais amplo e complexo, por um lado se alarga, pois se amplia o horizonte de atores e conflitos, e por outro se torna mais complexa, pois a raiz dos conflitos mostra-se mais profunda. As possibilidades de intervenção dos atores, contudo, são reais, muitas vezes limitadas, contra-hegemônicas, mas ainda coprodutoras da esfera pública.

Muitos questionamentos surgem e permanecem insolúveis neste trabalho e vale compartilhá-los como sugestão para futuras pesquisas: Se a esfera pública burguesa se desfez, quais são os novos públicos da esfera

pública? Quais temas são efetivamente tratados como públicos? Quais atores são ouvidos? Como reagem os atores não ouvidos? Quais os contornos da disputa política nessa nova esfera? Como se definem as relações de poder entre os atores? Qual a real importância das arenas institucionais? Qual a real influência da mídia? Essas e outras questões permanecem em aberto. Sua generalidade parece indicar que as respostas poderão variar nos diferentes contextos da sociedade brasileira e mesmo nas diversas partes do mundo.

Referências

AGUIAR, O. A. A questão social em Hannah Arendt. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 27, n. 2, 2004.

ARENDT, H. *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

AVRITZER, L. New public spheres in Brazil: local democracy and deliberative politics. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 30, n. 3, 2006.

AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. *Dados*, v. 47, n. 4, 2004.

BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, v. 47, n. 1, 1996.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. In: DINIZ, E. (Org.). *Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CALHOUN, C. Community without propinquity revisited: communications technology and the transformation of the urban public sphere. *Sociological Inquiry*, v. 68, n. 3, 1998.

COSTA, S. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, 1997.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política e Sociedade*, n. 5, 2004.

FONSECA, F. C. P. Mídia e democracia: falsas confluências. *Revista de Sociologia Política*, n. 22, 2004.

FRANK, A. G. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*: repensando a teoria da dependência. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

FRANK, G. Do Desenvolvimento e subdesenvolvimento. *Monthly Review*, v. 18, n. 5, p. 17-67, 1966.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, n. 25/26, 1990.

FURTADO, C. A invenção do subdesenvolvimento. *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 2 (58), 1995.

GARRETON, M. A. La transformación de la acción colectiva en América Latina. Santiago de Chile: *Revista de la Cepal*, n. 76, 2002.

GORELICK, S. M. Media and public spheres. *Contemporary Sociology*, v. 38, I. 3, 2009.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOBBS, T. *Leviatã*: ou matéria, forma e poder de um Estado euclasiástico e civil. São Paulo: Editora Martin Claret. 2008. (Coleção a obra-prima de cada autor). (Texto integral).

KARIM, K. H. Press, Public Sphere, and Pluralism: Multiculturalism Debates in Canadian English-Language Newspapers. *Canadian Ethnic Studies*, v. 40, i. 1, 2008.

LENIN, V. *O imperialismo*: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979[1917].

LOWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Outubro*, n. 1, 1998.

MARX, K. *El Capital*: el proceso de producción del capital. 26.ed. México: Siglo XXI, 2005.

MUIS, J. Simulating political stability and change in the Netherlands (1998-2002): an agent-based model of party competition with media effects empirically tested. *Journal of Artificial Societies & Social Simulation*, v. 13, i. 2, 2010.

PAULA, A. P. P. *Por uma nova gestão pública*: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RIBEIRO, D. *O Brasil como problema*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RIBEIRO, D. *O dilema da América Latina*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

ROUSSEAU, J. J. *Do contrato social*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006. (Coleção a obra-prima de cada autor). (Texto integral).

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. *Desenvolvimento e crise*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

SUNKEL, O. *O subdesenvolvimento latino-americano e a teoria do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1979.